

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas





- Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.
- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
 - viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 29 de janeiro de 2016 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Área Metropolitana do Porto.
 - ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
 - x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
 - xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Área Metropolitana do Porto.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) será representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de Presidente da Comissão

Diretiva, nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Área Metropolitana do Porto, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Metropolitano, Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

3

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Área Metropolitana do Porto e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 138 769 552,90 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 85 182 272,27 euros FEDER e de 44 138 665,15 euros FSE, que totalizam um montante de 129.320.937,42 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 1.300.000,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 7.020.452,48 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 1.128.163,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Área Metropolitana do Porto compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).
2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª,

ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.

3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A Área Metropolitana do Porto., conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Área Metropolitana do Porto compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Área Metropolitana do Porto enquanto organismo intermédio, onde se incluem os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO

financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Área Metropolitana do Porto.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

- Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida
- Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023
- Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Porto, 11 de fevereiro de 2016

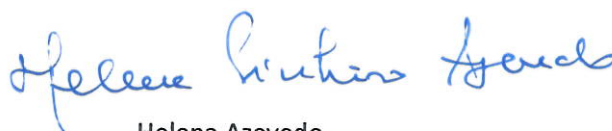
O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)



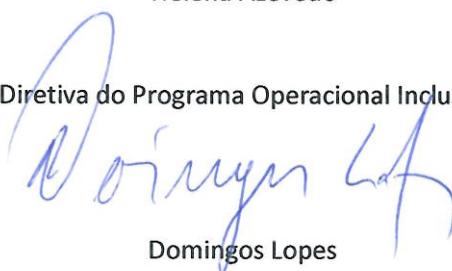
Emídio Gomes

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)



Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)



Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020



Patrícia Cotrim

7

O Presidente do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana do Porto



Hermínio Loureiro

ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e
Prioridade de Investimento ou Medida

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	5 318 595,21				5 318 595,21
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020		1 128 163,00			1 128 163,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, a gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	17 774 647,87				17 774 647,87
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			1 300 000,00		1 300 000,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		16 286 739,41			16 286 739,41
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	4 989 555,31				4 989 555,31
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		18 009 467,94			18 009 467,94
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO ISE		4 271 654,00			4 271 654,00
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	PO ISE		2 748 798,48			2 748 798,48
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	6 099 473,88				6 099 473,88
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		9 842 457,80			9 842 457,80
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	51 000 000,00				51 000 000,00
Total		85 182 272,27	51 159 117,63	1 300 000,00	1 128 163,00	138 769 552,90
Total PO NORTE		85 182 272,27	44 138 665,15			129 320 937,42
Total PDR 2020					1 128 163,00	1 128 163,00
Total PO SEUR				1 300 000,00		1 300 000,00
Total PO ISE			7 020 452,48			7 020 452,48

ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto
(realização e resultado) para 2018 e 2023

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Anexo 2

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento/Intervenção - Programa Operacional (Fundo)	Dotação Negociação	Designação	Indicadores					
			Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	Meta		
						2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	5 318 595,21	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	N.º	0	2	8	5 318 595,21
		Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	59%	59%	100%	
		Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	Resultado	%	19,70%	19,70%	50%	
		Regadios tradicionais - Área a beneficiar	Realização	ha	0	573	716	1 128 163,00
03.04 - PDR 2020 (FEADER)	1 128 163,00	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	1 061 800	1 327 250	
04.03 - PO NORTE (FEDER)	17 774 647,87	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	Realização	kWh/ano	0	8 573 654	34 294 615	17 774 647,87
		Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	tep	235 365	232 015	218 615	
			Realização	N.º	0	1	2	1 300 000,00
		Tempo de resposta às ocorrências de incêndios florestais	Resultado	%	0	1%	3%	
08.03 - PO NORTE (FSE)	16 286 739,41	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	N.º	0	1 303	2 172	16 286 739,41
		Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	N.º	60%	60%	70%	
		Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	40	200	4 989 555,31
		Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	56	279	
09.01 - PO NORTE (FSE)	18 009 467,94	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	4 322	7 204	18 009 467,94
		Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Resultado	N.º	37%	37%	42%	
		Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado	Realização	N.º	0	526	1 403	834 655,00
		Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Resultado	%	0	70%	90%	
09.01 - PO ISE (FSE)	4 271 654,00	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Realização	N.º	0	152	404	3 436 999,00
		Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	Resultado	%	0	70%	90%	
09.04 - POISE (FSE)	2 748 798,48	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	6	17	2 748 798,48
		Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	0%	70%	90%	
		Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Realização	N.º	0,00%	6	24	6 099 473,88
		Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	0	5%	5%	
09.07 - PO NORTE (FEDER)	6 099 473,88	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	9 842 457,80
		Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	0%	20 000	50 000	
		Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	N.º	0	2 361	9 444	51 000 000,00
		Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%	82%	83%	86%	
10.01 - PO NORTE (FSE)	9 842 457,80							
10.05 - PO NORTE (FEDER)	51 000 000,00							
Total Geral								138 769 552,90

138 769 552,90

Total Geral

138 769 552,90



ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-018

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
Morada (Sede Social)	
AV DOS ALIADOS Nº 236-1º	
Código Postal	Localidade
4000-065	PORTO
NUT III	NUT II
Área Metropolitana do Porto	Norte
Telefone	E-mail
223392020	slobao@amp.pt
Telefax	URL
222084099	http://www.amp.pt
Tipologia de Beneficiário	
Associação de autarquias locais - Área Metropolitana	

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Sara Margarida Lobão	223392020
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
Secretário Executivo	919737535
Serviço/Departamento	Email Responsável
Direção	slobao@amp.pt
	Email Alternativo
	geral@amp.pt

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

O planeamento e a gestão dos fundos estruturais constituem, desde sempre, um vetor fundamental da ação da Área Metropolitana do Porto.

Contudo, é com o QREN que a Ação da AMP neste domínio é reforçada com a hipótese aberta de concessão de uma subvenção global para o apoio ao investimento de natureza autárquica gerida pela própria instituição. Com o objetivo de planejar as intervenções dos municípios no período de programação das políticas europeias 2007/2013, correspondendo a um desafio que lhe foi colocado pela CCDRN, no âmbito do Norte 2015, a AMP iniciou em 2007 a elaboração do Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD), documento que estabelecia, em matéria de políticas públicas, as prioridades relativas ao investimento. Foi com base neste documento que, em Dezembro de 2008, foi celebrado um Contrato de Delegação de Competências por Subvenção Global entre o Programa Operacional Regional do Norte e a Área Metropolitana do Porto.

Este contrato visou a implementação e o desenvolvimento do Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD), da Área Metropolitana do Porto e a implementação de um conjunto significativo de investimentos com elegibilidade para serem co-financiados pelos Fundos Comunitários, através do QREN.

Inicialmente, apenas no âmbito da Subvenção Global e, mais tarde, no âmbito da Bolsa de Mérito Municipal, foram apresentados pelos 16 Municípios da AMP, os investimentos nas tipologias abaixo indicadas, um total de 156 projetos correspondentes a 268.211.627€ de investimento total, 209.901.922€ de investimento elegível e 178.091.781€ de FEDER.

1.1- Tipologias Contratualizadas:

- Áreas de Localização Empresarial;
- Ações Integradas de Valorização Territorial;
- Ciclo Urbano da Água;
- Otimização da Gestão de Resíduos Sólidos;
- Promoção de Mobilidade Urbana;
- Promoção da Conetividade do Sistema Urbano Regional;
- Modernização do Governo Eletrónico;
- Promoção da Capacitação Institucional e de desenvolvimento Regional e Local;
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

1.2- Indicadores de realização (realizado)

Referem-se alguns indicadores de realização para as tipologias contratualizadas

- Áreas de Localização Empresarial - Indicador: Área de infra-estruturas /equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial - 25939 m2;

- Ações Integradas de Valorização Territorial- Indicador : Área infra-estruturada, qualificada e reordenada para acolhimento e empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento – 130340m2

- Ciclo Urbano da Água – Indicador: Km de rede de abastecimento de água intervencionados- 138,4km; Km de rede de drenagem de águas residuais intervencionados- 58,51km.

- Otimização da Gestão de Resíduos Sólidos- Indicador: N.º de pessoas abrangidas pelas ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos – 130000 pessoas

- Promoção de Mobilidade Urbana- Indicador; N.º de Km de novas Estradas- 4,17km; N.º de Km de estradas reconstruídas – 35,55km

- Modernização do Governo Eletrónico- Indicador: N.º de lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços - 6 un; População servida pelas lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços - 387742 pessoas.

-Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar- Indicador: Alunos abrangidos por centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré- Escolar construídos e/ou ampliados/ requalificados - 27067 alunos

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
600015467	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;
818525401	Junta de Agricultores do Regadio Carvalhal Levada da Ponte	Valorização dos recursos florestais
900349930	Junta de Agricultores do Regadio do Cavião	Valorização dos recursos florestais
900365358	Junta de Agricultores do Regadio Rego de Boi	Valorização dos recursos florestais
510836291	Junta de Agricultores do Regadio da Várzea	Valorização dos recursos florestais
509001998	Junta de Agricultores do Regadio Rego do Crasto	Valorização dos recursos florestais
506848957	Junta de Agricultores do Regadio da "Presa do Cano"	Valorização dos recursos florestais
900266040	Junta de Agricultores do Regadio da Pesqueira	Valorização dos recursos florestais
900641347	Junta de Agricultores Regadio de Fervença	Valorização dos recursos florestais
900391120	Junta de Agricultores Regadio da Reguenga	Valorização dos recursos florestais
900934883	Junta de Agricultores Regadio Água do Monte	Valorização dos recursos florestais
506656128	Junta de Agricultores do Regadio da Água do Monte de Parada	Valorização dos recursos florestais

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana do Porto

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial Situação atual do território

1. TIC

O estudo da U. MINHO sobre a "Presença na Internet das Câmaras Municipais" (2009) retrata o grau de maturidade da presença na Internet das Câmaras Municipais. A avaliação baseia-se numa escala com 4 níveis: N1 – presença simples na Internet apenas com publicação, N2 – possibilidade de descarregar formulários, N3 – possibilidade de carregar formulários e N4 – realização de pagamentos. Na AMP, 1 Município está no N1, 8 no N2, 6 no N3 e 2 no N4. Há ainda uma grande heterogeneidade na prestação de serviços, existindo uma grande disparidade no nível de maturidade dos serviços prestados. Assim, é necessário elevar o nível de maturidade dos serviços, mantendo espaço para a inovação e estimulando uma maior maturidade coletiva. Aliás, um dos problemas identificados reside na baixa colaboração entre as entidades públicas na oferta de serviços públicos digitais. Os SIG surgem como uma área com potencial para colaboração entre os municípios. Um levantamento recente evidencia uma grande heterogeneidade de situações, particularmente na cartografia, sistemas de referência, software SIG e dimensão das equipas. A atividade dos municípios está intimamente ligada à gestão do território e muitas das problemáticas associadas a esta gestão não estão condicionadas às fronteiras administrativas, potenciando a criação de serviços metropolitanos, intermunicipais ou uma estreita colaboração entre serviços municipais. Na AMP reside 48% da população dos 16 aos 74 anos da RN, universo alvo no âmbito da utilização de serviços digitais. A baixa inclusão digital registada está intimamente associada a especificidades regionais, como as baixas qualificações, os baixos rendimentos, a pobreza e o envelhecimento.

2. Eficiência Energética e Renováveis

Os dados da DGEG para O Norte de Portugal e para o ano de 2013 fazem um retrato da AMP. O setor de atividade "administração pública e defesa, segurança social obrigatória" é responsável pela utilização de cerca de 55% da energia elétrica da RN. Ou seja, mais de metade da utilização da energia deste setor encontra-se concentrada num 1/5 dos Municípios da Região. Nas Autarquias, os estudos das Agências de Energia da AMP indicam um peso significativo dos edifícios na utilização total de energia (cerca de 1/3). Na iluminação pública, a AMP representa mais de 40% da RN, sendo que os custos energéticos constituem, em alguns casos, cerca de 50% nas despesas dos municípios. Os setores de atividade "captação, tratamento e distribuição de água" e "recolha, drenagem e tratamento de águas residuais" são responsáveis pela utilização de cerca de 44% da energia elétrica deste setor para todos os municípios da RN.

3. Empregabilidade, Emprego e Empreendedorismo

Analisando os indicadores relacionados com os grupos-alvo das tipologias de ação definidas no ITI para a PI 9.1 (Trabalho Socialmente Necessário) verifica-se que, em 2014, eram 143411 as pessoas desempregadas nos municípios da AMP, inscritas nos centros de emprego da região, o que representa 53% dos desempregados da RN (RN). Destas pessoas 80265 eram desempregados de longa duração, correspondentes a 55% das pessoas na mesma situação na RN. Verifica-se também que residiam nos municípios da AMP 61263 desempregados beneficiários de Subsídio de Desemprego ou de Subsídio Social de Desemprego (54% da RN) e 65.27% do total de 123059 beneficiários do Rendimento Social de Inserção da RN (38% de todo o país). Na AMP encontram-se quase metade dos inativos em idade ativa (nem empregadas nem desempregadas entre os 15-64 anos) e da população em idade ativa da RN (45 e 48%, respetivamente).

A problemática da violência doméstica, também contemplada na PI 9.1, é muito marcante na AMP: 55% dos crimes registados pelas polícias na RN ocorreram em municípios da AMP.

Analisando a atividade empresarial pode concluir-se que, em 2014, a AMP corresponde ao epíteto de "motor empresarial": das 11268 sociedades constituídas na RN (cerca de 35% do País), 53% ocorreram na AMP. Porém na análise do rácio entre o nº de sociedades constituídas e as sociedades dissolvidas constata-se uma perda de 15% de empresas no conjunto dos municípios da AMP. Em termos de ofertas de emprego apura-se que na AMP foram apresentadas 3198 ofertas de emprego, 47% de toda a RN e 20% de todo o país. Esta "cultura de empreendedorismo" aliada à cultura inovação é fundamental para o sucesso dos programas/planos de apoio à criação de emprego preconizados.

4. Inclusão Social

Nos municípios da AMP, em média e para o ano de 2013, 17% dos seus residentes tinham 65 ou mais anos e o índice de envelhecimento era de 122%. O isolamento dos idosos constitui uma problemática central nos desafios do crescimento inclusivo pois verifica-se, para além de um aumento do nº de indivíduos a viver sós e com um envelhecimento desprotegido, o retraimento de algumas redes de solidariedade local designadamente nos concelhos mais urbanos e de maior dimensão (EIDT AMP, p31). Acresce a isto, muitas das vezes, diversos problemas de insuficiência de rendimentos, situações de dificuldade no acesso a serviços e múltiplas formas de isolamento (PORNorte, p.12).

De facto, na RN havia, em 2011, perto de 110 mil pessoas com 65 ou mais anos a viverem sós, das quais mais de 85 mil eram mulheres (PORNorte, p.357). Este problema assume um peso ainda mais relevante na AMP do que em qualquer outro contexto territorial de referência: em 2011 eram 49904 os idosos isolados na AMP, representando 17% dos idosos, pesando em 46% dos idosos isolados da RN, e 13% relativamente ao País. Na AMP o índice de dependência de idosos, em 2011, situava-se em 23%, sendo de 25% em 2013 (cf. PORTDATA). Finalmente verifica-se que são 316139 os beneficiários de Pensão de Velhice na AMP, um valor que representa 49% da RN e 16% no País.

5. Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar

O abandono escolar (19,8% na RN, não existe dados recentes para a AMP), as taxas de conclusão do Ensino Secundário (70% na AMP) e as taxas de escolarização do Ensino Secundário (77% na AMP) demonstram as debilidades do sistema metropolitano em matéria de educação. Na AMP residem 55% da população em idade escolar da RN. O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos veio exigir esforços acrescidos às políticas educativas, às escolas, aos professores e aos educadores em geral.

Na AMP a taxa real de escolarização do ensino secundário era, em 2013, de 81% (DGEEC/MEC), sendo a taxa de retenção e desistência de 21% e a taxa de conclusão, também no ensino secundário, de 70% (DGEEC/MEC). No que respeita às taxas de abandono precoce, no grupo etário 18-24 anos, os dados mais desagregados de que dispomos são os do Censos 2011. No Grande Porto a taxa é de 26% e de 28% no Entre Douro e Vouga, sendo ainda relevante a disparidade entre municípios (entre um mínimo de 23% e um valor máximo de 35%).

Nas taxas de transição/conclusão do ensino secundário verifica-se uma expressiva dispersão de resultados e uma grande disparidade nas taxas de conclusão (entre 61% e 79%), indiciando em qualquer dos percursos de aprendizagem, a necessidade de promover uma maior igualdade de oportunidades de sucesso escolar. Quanto à taxa real de escolarização segundo o nível de educação/ensino, verifica-se igualmente uma grande dispersão de resultados, revelando fortes assimetrias entre os municípios, exprimindo a ineficácia do sistema de escolarização, seja por efeito do abandono escolar, seja pela retenção.

6. Riscos e Resistência às Catástrofes

A AMP tem uma diferenciação morfológica e rede hidrográfica que conjuntamente com a grande artificialização do solo propiciam nuances climáticas substantivas entre lugares pouco distantes. A isto conjuga-se a tendência positiva da temperatura muito expressiva na AMP, que não se manifesta, no quotidiano, exclusivamente por um aumento da temperatura, mas por um desarranjo sistémico plasmado num quadro de grande impulsividade (dias muito quentes ou muito frios, seca prolongada, precipitações intensas, etc.). Para além dos riscos que esta modificação no sistema climático tem acarretado e continuará a significar para a saúde pública, a nova impulsividade climática poderá aumentar a suscetibilidade aos fogos florestais, às cheias repentinas, sobretudo em espaços artificializados, e à erosão hídrica devido ao aumento de frequência de chuvas intensas que irão encontrar espaços cuja vegetação e solos foram delapidados por inúmeros fogos florestais. Neste contexto torna-se fundamental acautelar as condições de apoio aos riscos decorrentes das alterações climáticas (eventos extremos de frio e calor, inundações repentinas e cheias, secas severas, movimentos de vertente, incêndios florestais, erosão costeira, etc.) e implementar medidas de maior adaptação. Assim, é crucial dotar a proteção civil de mais e melhores meios de combate e prevenção.

7. Infraestruturas Agrícolas

Os sistemas agro-silvo-pastoris continuam a ter na AMP uma dimensão espacial elevada, em que as áreas agrícolas e agro-florestais e matos representam cerca de 22% da ocupação do solo. No entanto, entre os censos agrícolas (1999/2009) verificou-se uma redução do nº total de explorações agrícolas e da SAU, acompanhando a tendência nacional, e da dimensão da superfície total da exploração, mais acentuada na AMP do que no Continente (24% e 9% respetivamente). Regista-se aumento das áreas médias de SAU, que são mais elevadas na bacia leiteira primária do Noroeste. O peso relativo da população agrícola familiar na população total residente reduziu-se de 2,6 % para 1,5%, tendo ainda alguma expressão nos territórios a Sul da AMP.

Estes fenómenos aliados à fragmentação dos usos do solo, particularmente na envolvente da coroa metropolitana, conduziram a um processo de desruralização, de desvitalização do sector mas também a uma alteração do perfil produtivo. A coexistência da agricultura intensiva com áreas de baixa produtividade, o impacto negativo das alterações climáticas e dos processos de urbanização extensiva exigem de medidas de

adaptação à produção agrícola e de preservação e qualificação da paisagem e dos recursos, como técnicas de irrigação, mudanças nos tipos de produções e promoção de uma agricultura de proximidade, densificando o verde urbano. Assim, é fundamental atuar ao nível dos regadios.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- A aposta e lançamento, a nível europeu e nacional, de programas de empreendedorismo social e de inovação social como forma de gerar alternativas face ao mercado tradicional;
- A continuidade de alguns instrumentos de política educativa que contribuem para a coesão social, como é o caso dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária;
- A relevância, no quadro da Estratégia Europa 2020, à coesão social e ao crescimento inclusivo como pilar de sustentabilidade;
- As estratégias europeias colocam a tónica na qualificação do miolo empresarial e nos incentivos à base económica e no reforço da utilização das TIC nos serviços públicos;
- A existência de diretivas europeias relativamente às alterações climáticas poderá gerar oportunidades no desenvolvimento de iniciativas de eficiência energética.

Principais Pontos Fortes

- Escala populacional relevante a nível nacional e regional, cuja dimensão permite ganhos de escala necessários para a implementação de políticas, ações e projetos;
- Relevante conhecimento e capacidade de intervenção presente no território da AMP, fruto da crescente qualificação e capacidade de trabalho em rede das instituições;
- Dinamismo de uma rede de atores e existência de iniciativas inovadoras de intervenção social, energética, TICs, educação, riscos, entre outras, passíveis de ser disseminadas;
- Existência de atores e programas de intervenção que associam a integração económica à integração social ou ambiental, designadamente no âmbito de iniciativas de economia social de pequena dimensão.

Principais Ameaças

- Forte concorrência das economias dos países em desenvolvimento ou emergentes comprometem a sobrevivência empresarial e o emprego;
- A predominância do assistencialismo enquanto prática reiterada de integração social, que limita e condiciona a adoção e implementação de abordagens de outra natureza;
- Os desajustamentos entre as orientações de política social europeia (Microcrédito e Progress) e a realidade efetiva da sua implementação em Portugal;
- A ausência de uma política nacional de educação e formação de adultos;
- A ineficácia das políticas de prevenção, acompanhamento e mitigação dos inúmeros riscos climáticos

Principais Pontos Fracos

- Existência de uma crescente diminuição do peso relativo da população com menos de 15 anos e presença crescente de uma população fortemente envelhecida;
- Fortíssimas disparidades intra-regionais e intra-concelhias na AMP, em matéria de indicadores sociais que poderão comprometer a coesão interna;
- Forte diminuição do emprego e elevada expressão do desemprego de longa duração e do desemprego pouco escolarizado;
- Aumento do número de indivíduos a viver sós e consequente emergência de fenómenos de solidão e de envelhecimento desprotegido;
- Retraimento de algumas redes de solidariedade local designadamente nos concelhos mais urbanos e de maior dimensão;
- Aumento acelerado da privação material das famílias, descobrindo fragilidades de sobrevivência face a despesas quotidianas;
- Elevado número de fogos florestais e a grande extensão de área ardida anualmente

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

A EIDT da AMP enuncia um conjunto de desafios. Este PACTO contribui sobretudo para os seguintes:

- Planear e gerir estrategicamente à escala metropolitana
- Cooperar e valorizar redes e parcerias
- Reduzir o desemprego e promover a empregabilidade
- Promover o sucesso escolar e a aprendizagem ao longo da vida
- Reduzir a população excluída e em situação de pobreza material
- Diminuir a vulnerabilidade aos riscos climáticos
- Reduzir a enorme dependência energética

Os Fatores Críticos que condiciona o desenvolvimento e que vamos ter que assegurar para atingir os objetivos são os seguintes:

- Aprofundar a avaliação da intensidade dos problemas e promover a clusterização, destes
- Reforçar a clusterização da intervenção, focando as iniciativas em torno de grandes projetos âncora, fomentando a complementaridades e as sinergias.
- Promover a colaboração e a troca de experiências entre técnicos de vários municípios e instituições parceiras, proporcionando desta forma um campo fértil para a valorização da intervenção.
- Criar atividades de natureza transversal onde se promovam as boas práticas, realizando benchmarking, inovando e criando novas iniciativas.
- Ponderar os Custos face aos Benefícios para priorizar as intervenções e desta forma promover uma maior eficácia e eficiência do Pacto

Especificando por eixo de intervenção, nas TIC, o desafio e os fatores críticos assentam na necessidade de dinamizar a procura de serviços públicos digitais, a utilização de dados abertos e a participação digital cidadã. Existe uma grande heterogeneidade na prestação de serviços públicos digitais e uma baixa colaboração entre as diversas entidades públicas, que é necessário contrariar. Dada a fraca dimensão dos recursos financeiros é fundamental reforçar os projetos intermunicipais.

De forma a melhorar a eficiência energética é necessário realizar auditorias energéticas, para determinar com mais rigor as intervenções prioritárias, indo de encontro às metas previstas no âmbito do PDCT. Nesse sentido, as intervenções vão ser priorizadas pela sua capacidade para o cumprimento das metas regionais do PO.

No empreendedorismo e empregabilidade, a intervenção deve atender a uma multiplicidade de problemas decorrentes da passagem de uma economia fordista para uma pós-fordista, o que significa: por lado, responder às necessidades de uma nova economia, por outro, resolver as consequências dos problemas decorrentes da reestruturação da “velha” economia. Isto significa que a intervenção tem de ser mais intensiva e mais adequada à dimensão e diversidade dos problemas.

Na inclusão social, é fundamental assumir que as assimetrias económicas, sociais e territoriais necessitam de respostas diferenciadas. Assim, a escassez de recursos deve ditar uma lógica de intervenção atenta ao local que mobilize competências técnicas e políticas presentes nos territórios, que valorize a concertação de ações, o trabalho em rede, a inovação nos processos e nas respostas, as apostas na qualificação e competências e o empreendedorismo social.

Na prevenção do abandono precoce e promoção do sucesso escolar, é necessário implementar uma abordagem compósita, multidimensional e articulada com um enfoque específico nos primeiros anos de escolarização, com o envolvimento da escola, das famílias e da comunidade. É fundamental constituir equipas multidisciplinares e apostar em lideranças transformacionais focadas na promoção das aprendizagens.

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

A EIDT AMP 2020 apresenta 11 objetivos temáticos e 46 objetivos específicos. O PDCT concorre para um conjunto selecionado de objetivos. Os objetivos temáticos e específicos da EIDT enquadráveis no PDCT são os seguintes:

Objetivo 2. Melhorar o acesso às TIC

Este objetivo pretende promover a utilização de TICs como tecnologias capacitadoras do conhecimento e da inovação, em todos os sectores da atividade empresarial, em especial nas PME, e reforçar o uso de soluções avançadas de TICs na administração autárquica, nos transportes, no ensino e na autoaprendizagem e no turismo. Visa também assegurar uma cobertura generalizada de banda larga de alta qualidade e o acesso dos serviços gerais a todos, combatendo a infoexclusão. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE2.1 Reforçar a oferta de serviços públicos locais digitais para uma Administração Autárquica mais

competitiva, transparente, eficiente e com capacidade de inovação local

OE2.2 Promover a utilização de soluções avançadas de TICs nos setores relevantes para o desenvolvimento e coesão territorial

Objetivo 3. Reforçar a competitividade das PME

Este objetivo visa dotar o tecido empresarial da região, em particular as PME (de sectores instalados e emergentes) com uma maior capacidade de inserção nas redes multiescalares de produção e absorção de conhecimento, um melhor desempenho e ascensão nas cadeias de valor em que estão inseridas e as características transformativas que lhes permitam evoluir e mudar o tecido empresarial em que eles próprios se situam. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE3.1. Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para o conhecimento, inovação e empreendedorismo, reforçando os processos suportados em redes multiescalares;

Objetivo 4. Transitar para uma economia de baixo teor de carbono

OE4.1. Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera

Objetivo 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção aos riscos

Este objectivo pretende evidenciar uma trajetória mais adequada para a AMP, centrando a atenção, duplamente, no clima e na vulnerabilidade, procurando construir uma sociedade mais prevenida e adaptada, que saiba conviver melhor e mais saudavelmente com quadros de grande incerteza, grande conflitualidade e desigualdade, e, em constante mudança. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE5.4 . Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos

Objetivo 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

Este objetivo visa intervir no âmbito do emprego na AMP, enquadrando objetivos relativos à empregabilidade e à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, ao aumento da mobilidade enquanto fator gerador de empregabilidade, à qualificação das políticas ativas de emprego, ao apoio ao autoemprego, ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial e o desenvolvimento de competências junto do tecido empregador. O propósito é o aumento do emprego, incentivando a inovação nas metodologias de intervenção orientadas para a criação de emprego e inserção profissional, a segmentação de ações e projetos em função dos contextos e públicos, a valorização da iniciativa e do empreendedorismo e o apoio à construção de respostas socialmente relevantes. Numa perspetiva de inclusão, o foco deve ser colocado na população mais vulnerável bem como na inclusão da diferença (população com incapacidade, minorias étnicas, etc.). Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através dos seguintes objetivos específicos:

OE8.1. Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão

OE8.2. Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho de adultos candidatos a emprego, desempregados de longa duração e inativos

OE8.3. Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social

OE8.5. Apoiar a sustentabilidade das micro e pequenas empresas da AMP, a qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial

Objetivo 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

Este objetivo assenta numa visão holística da inclusão social. Neste contexto, integra 5 objetivos específicos que preconizam, para a AMP, estratégias coordenadas de desenvolvimento de base local, e comunitária, como alavancas de consecução de patamares mais elevados de qualidade de vida e de combate à exclusão. Veicula, ainda, na diversidade urbana e rural da AMP, uma valorização de espaços, recursos, equipamentos e oportunidades à escala metropolitana, capazes de atuar junto das populações mais vulneráveis (idosos isolados, idosos desprotegidos, população pouco escolarizada ou qualificada, população com incapacidade, jovens socialmente vulneráveis, população residente em espaços segregados, etc.), e contribuir para inverter processos de privação material e de exclusão social.

OE9.1. Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social

OE9.4. Planear e reconfigurar os espaços segregados das cidades da AMP, através da valorização comunitária das diferenças e dos recursos específicos das populações, numa lógica de qualidade de vida

Objetivo 10. Investir na educação, na formação e na formação profissional

Este objetivo centra-se na educação, formação e qualificação a participação cívica, o aumento dos níveis de qualificação da população metropolitana, a empregabilidade e a aquisição de competências, e, em síntese, para o desenvolvimento, e consolidação, de estratégias de aprendizagem ao longo da vida. Estão aqui enquadrados 5 objetivos específicos que assumem particular relevância e que preconizam uma estratégia

territorializada de redução do abandono e do insucesso escolar, das condições de acesso ao sistema educativo, de desenvolvimento de competências e níveis de qualificação, da valorização e estruturação das ofertas educativas e da qualificação da rede de equipamentos. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE10.1 Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiando o desenvolvimento de competências e de condições que permitem à população em idade escolar aceder aos benefícios da educação

OE10.2. Desenvolver competências e aumentar os níveis de qualificação da população ativa adulta, empregada e desempregada, da AMP

OE10.3. Aumentar a relevância das ofertas de educação-formação profissional, inicial e contínua, nomeadamente no que respeita à sua organização e conteúdos, e promover a inovação nas metodologias de ação territorial

Tendo em consideração a visão apresentada na EIDT e os objetivos específicos do PDCT AMP2020, a vocação específica da AMP deve dirigir-se no sentido de contribuir para a construção de:

- Uma Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusiva, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na concertação estratégica intermunicipal para a promoção do acesso ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento das competências das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.

- Uma Metrópole saudável, atrativa e eficiente, que pela sua posição geográfica, dimensão natural e ambiental, afirma-se enquanto espaço que promove a eficiência energética, a prevenção dos riscos e das catástrofes e o reforço da qualidade de vida.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Ab initio, a participação e o envolvimento dos atores constitui uma condição de sucesso da execução e implementação do PDCT. Assim, durante a sua construção ocorreu, ao nível da AMP um vivo debate visando em primeira instância, a montagem de projetos, verdadeiramente, intermunicipais que prosseguem objetivos, também, intermunicipais. Foram, assim, levadas a cabo reuniões de nível político, de âmbito geral, e técnico, de caráter temático. Este debate envolveu, não apenas os membros dos executivos municipais (presidentes e vereadores) mas também os técnicos dos municípios e da própria AMP. Em função da prioridade de investimento foram também envolvidas, através de reuniões bilaterais ou multilaterais, outras entidades e atores regionais, nomeadamente o IEF, a Direção Regional de Agricultura do Norte, a DGEST, a Direção Regional da Cultura. É ainda de referir as reuniões realizadas pelo INESC TEC no âmbito do projeto dos SIG. O esforço de análise, de participação e de congregação de vontades foi igualmente sentido no contexto do Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico e do Conselho Metropolitano, tendo-se realizado várias reuniões entre Março e Maio.

Nas diversas fases da implementação do PDCT da AMP, desde a identificação, planeamento e execução das intervenções prioritárias até ao sistema de avaliação e monitorização será, também privilegiada uma ampla participação e auscultação dos atores chave. Para o efeito serão aplicados vários modelos de participação em função dos objetivos e da natureza das questões.

Para cada área de intervenção prioritária à escala intermunicipal será levado a cabo um exercício de participação e de envolvimento nos contextos do Conselho Metropolitano, do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, e quer das Redes Metropolitanas Temáticas (que enquadram os respetivos Vereadores Municipais e outros agentes).

Relativamente à participação e envolvimento dos diversos atores locais e regionais, públicos e privados envolvidos, nas áreas prioritárias em que incide o PDCT a auscultação, o envolvimento e a participação dos atores serão assegurados ao nível da Plataforma de Cooperação Institucional que integra o Modelo de Governação abaixo descrito.

Num âmbito mais alargado, as metodologias a utilizar incluem a utilização das TIC, designadamente das plataformas web e da internet como meios privilegiados de participação dos cidadãos e das empresas.

O papel que a AMP é chamadas a desempenhar na execução do PDCT, relativamente a áreas que tradicionalmente não fazem parte do núcleo central da atividade municipal, como por exemplo o apoio às empresas e à criação do próprio emprego, constituem desafios que impõem também novas metodologias de comunicação e de participação.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

1. Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal

O reforço do sistema urbano deve sustentar-se numa aposta no policentrismo, seguindo as orientações do PROT da RN. Dar resposta aos objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade da região passa por uma aposta na atratividade e na qualidade de vida urbana, reforçando as especificidades e a cooperação interurbana. Na metrópole do Porto, a promoção do policentrismo deve assentar no aprofundamento dos relacionamentos entre áreas urbanas, tendo em vista a promoção de complementaridades entre as estratégias urbanas, gerando densidade relacional, coesão e competitividade.

Neste âmbito, a prestação de serviços públicos é também central. Dever-se-á promover a coordenação de políticas sectoriais (ambiente, educação, economia, habitação, apoio social, transportes, energia, etc.) enquanto veículo para a criação de políticas territorializadas tendo em vista ganhos de eficácia e eficiência. Em termos de oferta de funções urbanas, o diagnóstico realizado pelo PROT-Norte e a sua atualização pela AMP, demonstra que existe um sistema urbano polinucleado, com uma oferta urbana hierarquizada. Os níveis e a qualidade dos serviços, nomeadamente os públicos, têm níveis de oferta muito heterogénea, sobretudo tendo em consideração as necessidades atuais e os desafios futuros, nomeadamente em matéria de envelhecimento demográfico, alterações climáticas e necessidade de estimular o desenvolvimento de cidades mais saudáveis.

A AMP tem vindo a promover um processo de cooperação assente numa participação cada vez mais ativa dos diferentes atores em torno dos recursos e das estratégias territoriais. Seguindo o PROT, a EIDT aposta na qualificação da Aglomeração Urbana do Porto (Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia), através da densificação, da multifuncionalidade e da valorização urbana, contrariando a fragmentação social e económica intra-urbana (centro do Porto, Campanhã, parte Ocidental-Oriental, Bairros Sociais, entre outras).

Na coroa metropolitana, a EIDT (segundo o PROT e o PNPOT) promove a densificação dos centros urbanos, contrariando a dispersão e a lapidação de recursos naturais. Isto passa pelo reforço das especificidades urbanas periféricas (Vila do Conde-Póvoa do Varzim, Trofa-Santo Tirso, Paredes, Arouca, Vale de Cambra, Santa Maria da Feira-S. João da Madeira-Oliveira de Azeméis e Espinho) e pela identificação de estratégias comuns em função de geometrias variáveis urbanas (norte, oriente e sul da AMP).

Na EIDT evidenciam-se diferentes problemáticas urbanas que sustentam a necessidade de configurar intervenções integradas e diversificadas em função dos problemas e desafios. A AMP procura incentivar modelos urbanos mais adaptados ao envelhecimento demográfico, aos efeitos adversos das alterações climáticas, e à necessidade de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar. Recomenda-se a realização de ações no âmbito do urbanismo que contribuam para a redução das emissões de carbono, melhorem o ambiente urbano, promovam a mobilidade urbana sustentável, reforcem a requalificação patrimonial e cultural e promovam a inclusão social. Assim, a AMP está a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento urbano, procurando assumir-se como uma plataforma de racionalização de iniciativas e de identificação de problemas e estratégias, fomentando a clusterização das intervenções e o benchmarking, reforçando o conhecimento e as sinergias intermunicipais e promover a capacitação e a inovação para a intervenção urbana.

2. Plano Integrado de Mobilidade Sustentável para a AMP

O Plano Integrado de Mobilidade Sustentável (PIMS) deve ser um instrumento que estabelece a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade, definindo um conjunto de ações que contribuam para a implementação de um modelo de mobilidade mais sustentável, compatível com o desenvolvimento económico, indutor de uma maior coesão social e orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética.

A. Metodologia

A Elaboração do PIMS compreende várias etapas:

1 Diagnóstico

Principais temas a incluir: Zonamento, Ocupação do Território, Padrões de Mobilidade, Modos Suaves, Acessibilidade em Transporte Coletivo, Serviço de Táxis, Interfaces, Transportes Públicos Flexíveis, Acessibilidade em Transporte Individual, Estacionamento, Logística Urbana, Qualidade do Ambiente Urbano, Segurança Rodoviária, Conta pública e Síntese Global.

2 Construção de Cenários e identificação da Estratégia

São definidas as orientações estratégicas que constituirão a base para a definição de propostas e que devem

responder aos desafios identificados em sede de diagnóstico, às dinâmicas de mobilidade e aos cenários contrastados que devem refletir as incertezas das principais variáveis que influenciam a mobilidade. Os cenários devem dar robustez às propostas face às possibilidades alternativas de futuro. Considerando a complexidade do sistema, a formulação de propostas deve desenvolver um projeto intermodal que assuma um conjunto coeso de soluções, implementando uma estratégia de mobilidade, tendo em consideração os diferentes subsistemas de transporte e as respetivas sinergias com o ordenamento do território e o ambiente.

3 Desenvolvimento do Programa de Ação e Sistema de Monitorização

O Programa de Ação deve ser transposto num documento que contenha informação quanto a: descrição das medidas, ações a desenvolver, custo, financiamento, horizonte temporal, responsabilidade. Deverá ser montado um sistema de monitorização, identificando os momentos de avaliação e monitorização e as componentes de divulgação.

B. Acompanhamento e avaliação

O Conselho Metropolitano de Vereadores de Mobilidade (CMVM) definirá os princípios e as orientações globais, acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos e validará as conclusões em cada fase de elaboração do Plano. Competirá ao CMVM a definição do modelo de participação e a identificação dos parceiros a envolver.

A metodologia que a AMP define para garantir uma abordagem participativa, passa pela identificação dos parceiros para acompanhar a elaboração do Plano e prevê a criação de equipas municipais. A consolidação da informação fica a cargo de uma equipa intermunicipal constituída por elementos escolhidos pelos Municípios.

A construção de cenários e a definição da estratégia devem ser amplamente debatidas, uma vez que a aceitação da estratégia é um dos fatores críticos para o sucesso da implementação do Plano.

Na fase de desenvolvimento do Programa de Ação, a equipa intermunicipal avaliará as propostas e conclusões dos trabalhos das equipas municipais sobre os diversos temas. O Plano de Ação será apresentado ao CMVM para validação e definição do plano de divulgação. O Plano será objeto de Aprovação no Conselho Metropolitano do Porto

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

O valor económico e social das intervenções estratégicas manifesta-se de diferentes formas em função das áreas de intervenção.

Nas TIC, o PDCT pretende resolver os problemas de coesão digital originados pela heterogeneidade na oferta dos serviços. Vai melhorar os níveis de serviços digitais das autarquias e dinamizar a adesão dos cidadãos aos serviços on-line contribuindo desta forma para promover as competências digitais.

Simultaneamente vai dar espaço para a inovação e fomentar a capacitação municipal, através da colaboração entre os municípios, a troca de boas práticas e a criação de novos serviços de natureza municipal e intermunicipal.

Na Eficiência Energética, o objetivo central é a redução da utilização de energia e consequentes emissões de CO₂, sempre na ótica da aplicação dos investimentos. A AMP aposta na iluminação e nos edifícios públicos, focando-se em infraestruturas com uma intensidade de uso de energia com quantitativos muito relevantes, e desta forma garantindo uma maior eficiência económica do investimento. A intervenção vai contribuir para aumentar a eficiência energética das infraestruturas da Administração Local e a racionalização dos consumos, bem como induzir a alteração dos comportamentos dos cidadãos.

No Empreendedorismo e Empregabilidade a estratégia traduz-se no combate ao desemprego e no apoio à criação de autoemprego. Haverá impactos económicos, induzidos pelo reforço da inovação, da qualificação e diversificação empresarial. Os impactos sociais podem traduzir-se na elevação dos rendimentos individuais e na qualidade de vida.

As intervenções estratégicas para a Inclusão Social traduzem-se no combate à pobreza e à discriminação, sobretudo com ações de inclusão ativa através da cultura e das artes e da promoção de competências, recursos e condições de acesso à saúde, à educação, ao emprego e à qualidade de vida, de públicos social e economicamente mais vulneráveis. Esta intervenção tem impactos sociais evidentes.

Em matéria de abandono e sucesso escolar, o valor social e económico é manifesto. Apostar nos níveis de escolaridade da população mais jovem é um investimento para o futuro, dos indivíduos e das comunidades. Em termos individuais, vários estudos demonstram que há uma forte correlação entre os níveis de escolaridade e os níveis de qualidade de vida das populações. Em termos económicos, os efeitos indutores da escolaridade no desenvolvimento também já estão provados cientificamente.

Quanto aos Riscos e resistência às catástrofes, as intervenções focam-se no combate aos incêndios e nos meios de emergência. Havendo na AMP elevados valores patrimoniais (naturais e edificados), a prevenção dos riscos tem impactos económicos e sociais visíveis.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A metodologia seguida na construção do Programa de Ação visou, à partida, garantir a sua coerência com a Estratégia de Desenvolvimento Territorial AMP 2020, oportunamente aprovada no contexto do Aviso de Seleção e Reconhecimento das Estratégias Integradas de desenvolvimento Territorial. Num primeiro momento, foi realizado um exercício de concretização das linhas de ação consagradas na EIDT para cada Prioridade de Investimento, agora no contexto da preparação do Programa de Ação do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e ao nível municipal e metropolitano. Esse exercício resultou na elaboração por parte dos Municípios da Área Metropolitana do Porto de um conjunto alargado de fichas de projeto relativamente a cada Eixo de intervenção, contendo intenções de investimento. Esta informação depois de devidamente tratada e de discutida no contexto metropolitano, ao nível técnico e político, resultou na formatação projetos âncora que densificam cada um dos Eixos do Programa de Ação. A partir da estrutura do Programa de Ação encontrada desta forma, e em torno de cada prioridade de investimento foram construídos projetos que agrupam, organizam e planeiam investimento de iniciativa municipal e metropolitana bem como de outras instituições presentes nestas áreas de intervenção.. Não obstante a experiência de cooperação metropolitana desenvolvida no período anterior de programação anterior com a contratualização de um conjunto alargado de investimentos de iniciativa municipal, colocam-se com o Portugal 2020 e, consequentemente, com esta proposta de Pacto de Desenvolvimento e Coesão territorial novos desafios. Por um lado, verifica-se o alargamento da ação municipal e intermunicipal a áreas não tradicionais, designadamente no que respeita ao apoio à criação do próprio emprego bem como o desenvolvimento

económico através de incentivos ao investimento de carácter empresarial. Por outro lado, alarga-se a cooperação e a ação conjunta entre as autarquias e entidades intermunicipais e outros agentes relevantes, de carácter público e privado, de natureza não autárquica, como por exemplo os centros de conhecimento e as empresas, cujo envolvimento em função cada área de intervenção é determinante. Por último, é claro um redireccionamento para ações de carácter imaterial em detrimento das ações infraestruturais, agora muito condicionadas. O alinhamento estratégico do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial com o Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020 e com a Estratégia Integrada de desenvolvimento Territorial foram, como acima se demonstra, imperativos assumidos pela AMP. Consequentemente, objetivo estratégico, transversal a todos os Eixos do presente Programa de Ação e de Investimentos reveste natureza instrumental na medida em que se propõe aprofundar a cooperação intermunicipal, metropolitana e interinstitucional na AMP, de forma a explorar os ganhos de eficiência decorrentes da ação coletiva em prol dos Crescimentos Sustentável e Inclusivo em linha com a política de coesão da União Europeia. O imperativo da coerência com a EIDT leva por outro lado a recorrer aos Objetivos Específicos naquele documento identificados. Expõe-se abaixo a estrutura do programa de Ação definido para cada Eixo de Intervenção os respetivos Objetivos Específicos definidos em sede de EIDT, ficando assim patente o desejável alinhamento estratégico da proposta de pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial AMP 2020.

EIXO 1. TIC Objetivo Específicos: Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da Administração Local, procurando acréscimos de eficiência e favorecendo a dimensão metropolitana; Projeto âncora: 1.1 Autarquia Digital Metropolitana 1.2 SIG Intermunicipal 1.3 Metrópole Digital

EIXO 2. Eficiência Energética Objetivo Específicos: (i) Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar de espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera; (ii) Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas; Projeto âncora: 2.1 Intervenções em Edifícios Públicos 2.2 Iluminação Pública

Eixo 3. Empreendedorismo e Empregabilidade Objetivo Específicos: (i) Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão; (ii) Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social. Projeto âncora: 3.1 Investe Jovem 3.2 Invest+ 3.3 Microinvest 3.4 AMP Empreende 3.5 AMP Investe

EIXO 4. Inclusão Social Objetivo Específicos: (i) Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social; (ii) Qualificar e apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento social, de saúde e bem-estar, e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP

Projeto âncora: 4.1.1 Pacto para Empregabilidade AMP 2020 4.1.2 Rede Metropolitana de ULA + 4.1.3 Apoio à Contratação para Trabalho Socialmente Necessário 4.2. INCULTURAR-te 4.3. Voluntariado Estratégico e Integrado na AMP 4.4 Valor + Sênior 4.4 Valor + Sênior 4.5 Equipamentos Sociais

EIXO 5. Educação Objetivo Específicos: (i) Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiando o desenvolvimento de competências e de condições (sociais, económicas, culturais, institucionais, etc.) que permitem à população em idade escolar aceder aos benefícios da educação; (ii) Investir na qualidade da rede de equipamentos de formação profissional e de educação pré-escolar, básica, secundária e promover a eficiência na sua gestão, ao nível municipal e metropolitano. Projeto âncora: 5.1 Comunidades Educativas, Inserção Territorial e aprendizagem 5.2 Condições para o Sucesso: Diagnóstico e Intervenção Precoce

Projeto âncora: 5.3 Desenvolvimento Pessoal, Inteligência Emocional e Empreendedorismo 5.4 Diferenciar e Inovar para Aprender 5.5 Equipamentos Escolares

EIXO 6. Riscos e Resistência às Catástrofes Objetivo Específicos: Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos; Projeto âncora: 6.1 Combate Incêndios e Meios de Emergência

EIXO 7. Infraestruturas Agrícolas Objetivo Específicos: Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas; Projeto âncora: 7.1 Regadios

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Eixo 1 . TIC	Serviços da Administração Pública apoiados	2,00	8,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulário oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	50,00	5 318 595,21€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Eixo 1 . TIC	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulário na internet no total de câmaras	59,00	100,00	0,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Eixo 2- Eficiência Energética	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	8573654,00	34294615,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	232015,00	218615,00	17 774 647,87€

08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	Eixo 3. Empreendedorismo e Empregabilidade	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	1303,00	2172,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	16 286 739,41€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	Eixo 3. Empreendedorismo e Empregabilidade	Empresas que beneficiam de apoio	40,00	200,00	Postos de trabalho criados	56,00	279,00	4 989 555,31€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Eixo 5. Educação	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	9 842 457,80€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	Eixo 5. Educação	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	2361,00	9444,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	83,00	86,00	51 000 000,00€

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo 4. Inclusão Social	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	4322,00	7204,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	18 009 467,94€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo 7. Sustentabilidade no Uso de Recursos	Infraestruturas Operacionais de Protecção Civil Requalificadas	1,00	2,00	Redução percentual do tempo de resposta às ocorrências de incêndios florestais	1,00	3,00	1 300 000,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo 4. Inclusão Social	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	152,00	404,00	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	3 436 999,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo 4. Inclusão Social	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	526,00	1403,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	834 655,00€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Eixo 4. Inclusão Social	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	6,00	24,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	6 099 473,88€
--	-------	-------------------------	--	------	-------	--------------------------------	------	------	---------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Eixo 7. Sustentabilidade no Uso de Recursos	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	573,00	716,00				1 128 163,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Eixo 7. Sustentabilidade no Uso de Recursos	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	10618 00,00	132725 0,00				0,00€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Eixo 4. Inclusão Social	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	6,00	17,00				2 748 798,48€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Eixo 4. Inclusão Social				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Eixo 4. Inclusão Social				Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	5,00	5,00	0,00€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Eixo 4. Inclusão Social				Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	20000,00	50000,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	85 182 272,27€
FSE	51 159 117,63€
FC	1 300 000,00€
FEADER	1 128 163,00€
Total	138 769 552,90€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

A avaliação tem um papel importante, na medida em que confere legitimidade e credibilidade numa lógica de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou seja, permitindo uma avaliação da eficácia do plano. Além disso, a avaliação contribui para melhorar as práticas e auxilia as tomadas de decisões, monitorizando e acompanhando as intervenções, avaliando os resultados e, consequentemente, dando indicações sobre o desempenho das atividades, de forma a fornecer informações que permitam ajustamentos, num processo de aprendizagem contínua.

Neste contexto, o exercício de monitorizar é encarado como um sistema dinâmico e em permanente atualização, capaz de receber e recolher a informação, estruturar e articular indicadores (devidamente selecionados e justificados), analisando e interpretando os progressos e mudanças, “assessorando” a avaliação do processo e dos resultados, de forma a melhorar o processo de implementação, através da introdução de alterações quer nas ações quer nos próprios objetivos e metas iniciais, num circuito cíclico de aprendizagem.

Assim, a construção do sistema de monitorização e avaliação territorial do PDCT AMP 2020 tendo em consideração dois objetivos:

1. Apoiar e informar a gestão, constituindo-se como um elemento do processo de tomada de decisão, seja ao nível da condução de políticas e planos seja ao nível do posicionamento da AMP face a espaços mais alargados.
2. Envolver e responsabilizar atores e instituições em torno de objetivos partilhados de desenvolvimento de um território.

O sistema de informação e monitorização dará informações sobre a evolução da realidade metropolitana relativamente aos resultados que o PDCT se propõe atingir. Este sistema de informação e monitorização informará os atores e instituições de forma a promover o seu envolvimento e responsabilização nos processos de desenvolvimento que se quer incentivar. Assim, tem também de fornecer informação sobre os processos de intervenção em curso, nomeadamente os projetos financiados e orientados pelos objetivos da Política Europeia.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

Em coerência com o Acordo de Parceria que atribui a liderança e a iniciativa às entidades intermunicipais, o modelo de gestão consagra essa solução e prevê um modelo institucional baseado nos órgãos próprios da AMP, designadamente o Conselho Metropolitano e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano.

1. Como órgão de topo surge o Conselho Metropolitano de que fazem parte todos os Presidentes das câmaras dos municípios que integram a AMP. Trata-se do órgão máximo da parceria a quem competirá decidir, em última instância, sobre as matérias relevantes do ponto de vista estratégico e operacional. Competirá, ainda, a este órgão a representação externa da parceria junto das instâncias regionais, nacionais e europeias.
2. No contexto do modelo de governação proposto, no âmbito do PDCT, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da AMP, constitui-se como órgão consulta e aconselhamento estratégico do PDCT.
3. Em termos operacionais, a Comissão Executiva da AMP é responsável pela supervisão geral da implementação das iniciativas do PDCT, garantindo a respetiva articulação e coerência, com demais intervenções da AMP, assumindo a interlocução com o Conselho Metropolitano e a articulação entre a equipa da AMP.
4. O Modelo de Governação prevê, ainda, um órgão de carácter operacional, que se propõe corresponda ao Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico AMP 2020 e que assegurou o acompanhamento do processo de elaboração do PDCT. Propõe-se que continue a assumir um papel fundamental no planeamento, articulação, integração e operacionalização da Estratégia e do Plano de Ação. Este Conselho ocupa uma posição central no processo, assumindo, entre outras, as seguintes tarefas:
 - Acompanhamento e validação do processo de elaboração da proposta do PDCT, designadamente, assegurando a interação entre a AMP e os Municípios, designadamente através do envolvimento dos diferentes serviços municipais chamados a intervir no processo
 - Organização e coordenação da Parceria e da Plataforma de Cooperação Institucional bem como a dinamização das Redes Metropolitanas temáticas que a compõem
 - Ativação e dinamização das iniciativas coletivas e individuais previstas
 - Acompanhamento, monitorização e avaliação da adequada execução das principais iniciativas e projetos previstos e a obtenção dos resultados previstos
 - Propor ao Conselho Metropolitano ajustamentos e reorientações no PDCT
 - Promoção de ações de comunicação, de divulgação e de reflexão em torno do desenvolvimento regional
 - Estimular a participação dos cidadãos e a cidadania ativa.

O Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico AMP 2020 reunirá ordinariamente com uma frequência mensal e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Comissão Executiva da AMP, para o efeito.

5. As Redes Metropolitanas temáticas são constituídas pelos:
 - Conselhos Metropolitanos de Vereadores, da respetiva área temática;
 - Parcerias Metropolitanas - compostas pelos agentes relevantes, de natureza pública ou privada, institucional ou empresarial, em cada área temática. Para o PDCT, algumas redes metropolitanas temáticas serão fundamentais.

Integram as Redes Metropolitanas temáticas os Conselhos Metropolitanos de Vereadores respetivos (Educação; Inclusão; Ambiente, Energia, Alterações Climáticas e Riscos; Qualificação e Empregabilidade). A dinamização de cada uma das redes temáticas deverá ser assegurada através da designação de uma coordenação a quem competirá a iniciativa, a animação e a criação de condições para a circulação de informação entre todos os parceiros, de forma a apoiar a implementação das ações.

6. O grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.

Assim, será criada uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor de PTCD que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, função a assumir pela Sra. Eng.ª Sara Lobão, membro da Comissão Executiva Metropolitana. A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A organização de um sistema de informação e monitorização (SIMP) vai ser organizado em função:

- dos objetivos identificados na estratégia da EIDT/Pacto, tendo em vista a avaliação da eficiência do Plano (resultados atingidos em função dos objetivos);
- do plano de ação (inclui os meios financeiros), tendo em vista a avaliação da eficácia do Plano (resultados atingidos em função dos meios financeiros mobilizados) e o impacto do Plano (efeitos atingidos em função do Plano de Ação).

O sistema de indicadores de realização e de resultados foi discutido no âmbito do processo de governação deste Pacto, pois as metas atingir correspondem a níveis de responsabilização das instituições envolvidas na sua execução.

Face à lista de indicadores do Plano Regional da Região Norte, a AMP identificou o seu contributo para as metas regionais, avaliando as dimensões do problema e assumindo níveis de responsabilidade proporcionais, e tendo em consideração a sua capacidade institucional de implementação.

Tendo em conta estes considerandos, o sistema de informação e monitorização do PDCT AMP2020 foi refletido e está organizado por eixos de intervenção. Foram identificados os indicadores-chave (de realização e de resultados), e definidas as Metas para 2018 e 2023. Além disso, foram avaliadas as informações oficiais disponíveis e as necessidades de levantamentos específicos. Para cada eixo, uma equipa de peritos (consultores e técnicos das Câmaras Municipais) desenvolveu uma reflexão especializada. O sistema de informação e monitorização para o PDCT vai ser coordenado e gerido a partir da AMP, com pontos de acesso e entrada de informação nas Câmaras Municipais e outras instituições parceiras.

Nas TIC, o Sistema de avaliação e de monitorização irá basear-se nos indicadores propostos para o P2020 e OT2.3. O Indicador de Realização será facilmente contabilizado segundo o número de Municípios intervencionados (17). O Indicador de Resultados associado à oferta será medido através do estudo regularmente promovido pela Universidade do Minho sobre a Presença na Internet das Câmaras Municipais. Quanto ao Indicador de Resultados associado à procura, deverão ser usados os dados do INE, mas é necessário assegurar que passem a ter granularidade Municipal e Metropolitana. Dado este ser um problema nacional, deverá ser equacionado este problema pelas entidades regionais/nacionais, junto do INE.

O acompanhamento da execução dos projetos e da evolução destes indicadores será assegurada pela criação de um sistema de monitorização para o efeito.

Na Eficiência Energética, a avaliação da redução da utilização de energia nos edifícios, proposta nos indicadores de realização e resultados será efetuada através de Auditorias energéticas, antes e após as intervenções nos edifícios públicos e na iluminação pública, que permitirão fazer a comparação entre as condições de utilização de energia. A diferença entre os valores da auditoria inicial e final refletem a contribuição efetiva da intervenção para a meta de Realização. As auditorias irão disponibilizar dados para a análise do cumprimento das medidas preconizadas em sede de candidatura bem como o aumento da eficiência na utilização de energia nos edifícios existentes. Conjuntamente será feita uma avaliação dos projetos de intervenção propostos, tornando possível, pela análise projeto prévio e/ou Certificado Energético, fazer uma estimativa do impacto expectável da intervenção na utilização de energia no edifício. Caso se verifique que a intervenção não contribui como esperado para os indicadores de realização e resultado, o projeto deverá ser substituído ou obrigatoriamente revisto sob pena de não ser financiado. As Agências de Energia terão um papel central no acompanhamento e avaliação.

No Empreendedorismo e Empregabilidade e na Inclusão Social está previsto o desenvolvimento de um sistema metropolitano de monitorização e de avaliação que inclui uma Plataforma Digital que terá acesso faseado, recolha padronizada e tratamentos de informação das ações realizadas. No Referencial Estratégico para a Ação Social Metropolitana são definidas as componentes deste sistema, designado de Monitor Social Metropolitano. Serão transpostas para este sistema as orientações da UE através do "European Programme for Employment and Social Innovation, 2014-2020" relativamente à inovação no desenvolvimento e implementação de políticas sociais, nomeadamente as do GECES relativas às metodologias de medição do impacto social.

Na Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar as ações serão monitorizadas e avaliadas a dois níveis -municipal e metropolitano, através de uma estrutura de acompanhamento dos projetos adotados e da utilização de metodologias e instrumentos de recolha e análise de informação e produção de relatórios de autoavaliação. Desta forma será garantido o cumprimento das metas estabelecidas. A equipa de monitorização trabalhará em interação com a equipa de projeto.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

Quanto às entidades parceiras foram selecionadas de acordo com o seu contributo estratégico para o PDCT. Para o eixo de intervenção das TIC's, da eficiência energética, da inclusão social e da educação as entidades promotoras dos projetos serão a AMP e as Câmaras Municipais. Contam contudo aqui com um apoio técnico de proximidade especializado prestado pelas duas agências de energia existentes no território: a Agência de Energia do Porto e a ENERGAIA.

Para a o Eixo da Empregabilidade e Empreendedorismo, Prioridade de Investimento 8.3 o IEFOP assume o papel de promotor e de beneficiário final.

Na Prioridade 8.8 referente também ao Eixo 3 as entidades a envolver serão os GAL Costeiros e Rurais existentes no território da AMP, especialmente no que se refere à articulação entre os sistemas de incentivos às empresas. Ainda neste âmbito, as associações empresariais serão chamadas a desenvolver um papel relevante em matéria de divulgação e de sensibilização no acesso aos sistemas de incentivos por parte das empresas.

Quanto à inclusão social, os promotores são os Municípios e a própria Área Metropolitana do Porto, as quais irão desenvolver diferentes ações com diversificados atores locais, (IPSS, juntas de freguesia, associações locais, associações culturais, Redes Sociais dos Municípios, entre outras entidades).

Também nesta área o IEFOP e a Segurança Social serão chamados a articular a sua ação no território da AMP, nomeadamente no que se refere ao à promoção do trabalho socialmente necessário.

Na educação, a rede de parcerias é também diversificada institucionalmente de forma a cumprir as metas propostas: Municípios, Agrupamentos de Escolas e Escolas do ensino público, privado e cooperativo, Centros de Formação Profissional (IEFP), Centros de Formação de Associações de Escolas, Instituições de Ensino Superior, CPCJ.

No âmbito dos Riscos e Alterações Climáticas um particular papel fica reservado às autoridades da área da proteção civil e emergência.

Por fim, no que se refere aos regadios a DRAP/ Norte bem como as associações de regantes têm um papel incontornável na concretização dos investimentos previstos no Pacto de Desenvolvimento e Coesão territorial

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	51 366,93€	2015	Arouca	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	39 686,80€	2015	Arouca	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Rego de Boi	900365358	Junta de Agricultores do Regadio Rego de Boi	231 000,00€	2016	Arouca	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Várzea	510836291	Junta de Agricultores do Regadio da Várzea	114 000,00€	2016	Arouca	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Rego do Crasto	509001998	Junta de Agricultores do Regadio Rego do Crasto	108 000,00€	2016	Arouca	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	14 117,65€	2015	Arouca	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	58 823,53€	2015	Arouca	100,00

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

04.03	Armazém Municipal	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	176 470,59€	2015	Arouca	100,00
04.03	Escola da Boavista	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	181 113,51€	2015	Arouca	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	10 650,00€	2016	Arouca	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	10 650,00€	2016	Arouca	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	29 820,00€	2016	Arouca	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	6 390,00€	2016	Arouca	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	29 820,00€	2016	Arouca	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	39 760,00€	2016	Arouca	100,00
10.01	LAME's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	4 287,27€	2016	Arouca	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	10 650,00€	2016	Arouca	100,00
10.05	Escola Básica de Arouca	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	2 500 000,00€	2016	Arouca	100,00
10.05	Escola Básica de Boavista	506808122	MUNICÍPIO DE AROUCA	400 000,00€	2016	Arouca	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	77 237,86€	2016	Espinho	100,00
09.04	Valor+ Sénior	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	67 320,57€	2016	Espinho	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	106 470,59€	2016	Espinho	100,00
04.03	Face - Fórum de Arte e Cultura de Espinho	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	439 138,82€	2016	Espinho	100,00
10.01	LAME's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	174 640,94€	2016	Espinho	100,00
10.05	Escola Básica N.º 3 de Espinho	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	800 000,00€	2016	Espinho	100,00
10.05	Escola Básica Sá Couto	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	1 000 000,00€	2016	Espinho	100,00
10.05	Escola Básica N.º 2 de Espinho	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	800 000,00€	2016	Espinho	100,00
10.05	Escola Básica de Aldeia Nova, Guetim	501158740	MUNICIPIO DE ESPINHO	400 000,00€	2016	Espinho	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	259 084,27€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
09.04	Valor+ Sénior	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	216 954,50€	2016	Santa Maria da Feira	100,00



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

02.03	Autarquia Digital Metropolitana	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	467 058,82€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
04.03	Piscina Municipal de Lourosa	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	194 136,11€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
04.03	Edifício Sede do Município	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	217 160,09€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
04.03	Iluminação pública	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	816 200,07€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	167 307,02€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	37 809,18€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	183 098,35€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	17 120,91€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	107 480,01€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	29 737,55€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	LAM's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	21 241,11€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	324 139,33€	2015	Santa Maria da Feira	100,00
10.05	EB 1 C. Esc. Feira (REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA EB FERNANDO PESSOA)	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	100 000,00€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.05	EB 1 C. Esc. De Fornos (CONSTRUÇÃO DE NOVO CENTRO ESCOLAR)	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	100 000,00€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Coelho e Castro	501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	2 800 000,00€	2016	Santa Maria da Feira	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	150 351,36€	2015	Oliveira de Azeméis	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	122 294,14€	2015	Oliveira de Azeméis	100,00

[Handwritten signatures and initials]

02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	229 411,76€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Piscina de La Salette	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	87 278,82€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Piscina Municipl de OAz	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	249 411,76€	2015	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Biblioteca Municipld e Oaz	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	72 352,94€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Pavilhão Municipal de Oaz	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	21 705,88€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Mercado Municipal de Oaz	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	21 705,88€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Escolas EB1 + JI e EB2+3 de OAZ	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	123 882,73€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
04.03	Alteração para luminárias de tecnologia LED	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	176 470,59€	2017	Oliveira de Azeméis	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	13 841,18€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	38 062,35€	2015	Oliveira de Azeméis	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	235 294,12€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	91 552,94€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	28 400,00€	2015	Oliveira de Azeméis	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva - Cucujães	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	1 500 000,00€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Fajões	506302970	MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	1 500 000,00€	2016	Oliveira de Azeméis	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	43 868,10€	2016	São João da Madeira	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	37 041,01€	2016	São João da Madeira	100,00

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	72 941,18€	2016	São João da Madeira	100,00
04.03	Piscinas Municipais de S. João da Madeira	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	241 337,73€	2016	São João da Madeira	100,00
04.03	Escolas Municipais de S. João da Madeira	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	47 238,91€	2016	São João da Madeira	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	32 352,94€	2016	São João da Madeira	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	32 352,94€	2016	São João da Madeira	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	63 643,53€	2016	São João da Madeira	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Dr. Serafim Leite	506538575	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	2 500 000,00€	2016	São João da Madeira	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	60 365,51€	2016	Vale de Cambra	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	47 036,21€	2016	Vale de Cambra	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio Carvalhal da Ponte Paraduça	818525401	Junta de Agricultores do Regadio Carvalhal Levada da Ponte	137 500,00€	2016	Vale de Cambra	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio do Cavião	900349930	Junta de Agricultores do Regadio do Cavião	105 000,00€	2016	Vale de Cambra	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	74 705,88€	2015	Vale de Cambra	100,00
04.03	Eficiência Energética nas Piscinas Municipais de Vale de Cambra	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	188 676,00€	2016	Vale de Cambra	100,00
04.03	Eficiência Energética na Escola de Vila Chã	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	120 811,99€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	41 789,41€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	35 294,12€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	25 882,35€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	21 176,47€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.05	Escola Básica de Dairas	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	2 000 000,00€	2016	Vale de Cambra	100,00

10.05	Escola Básica de Praça, Macieira de Cambra	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	500 000,00€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.05	Escola Básica de Areias, Castelões	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	200 000,00€	2016	Vale de Cambra	100,00
10.05	Escola Básica de Macinhata - Castelões	506735524	MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	300 000,00€	2016	Vale de Cambra	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	335 947,19€	2015	Gondomar	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	261 638,90€	2016	Gondomar	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da "Presa do Cano"	506848957	Junta de Agricultores do Regadio da "Presa do Cano"	26 250,59€	2016	Gondomar	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	507 647,06€	2016	Gondomar	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	35 294,12€	2016	Gondomar	100,00
02.03	Metrópole Digital	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	23 529,41€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Parque Operacional	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	5 882,35€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Paços do Concelho	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	218 129,25€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Parque da Cal	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	5 882,35€	2016	Gondomar	100,00
04.03	DGU S. Cosme	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	11 764,71€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Biblioteca Municipal	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	47 058,82€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Municipal Valbom	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	52 941,18€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Rio Tinto (escola secundária)	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	64 705,88€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Baguim do Monte	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	52 941,18€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Multiusos	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	82 352,94€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Jovim	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	47 058,82€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Complexo Desportivo Rio Tinto	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	29 411,76€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Polidesp. Quinta Freiras	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	11 764,71€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Foz do Sousa	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	47 058,82€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Carreiros	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	38 235,29€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Pavilhão Valbom (escola secundária)	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	58 823,53€	2016	Gondomar	100,00

04.03	Escola EB1 Aguiar	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	64 705,88€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Escola EB1 Alto de Soutelo	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	76 470,59€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Escola EB1 Alvarinha	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	47 058,82€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Escola EB1 Vila Verde	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	76 470,59€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Escola EB1 Gandra	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	76 470,59€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Escola EB1 Pinheiro D'Além	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	76 470,59€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Escola EB1 Taralhão	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	52 941,18€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Jardim de Infância de Montezelo	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	58 823,53€	2016	Gondomar	100,00
04.03	Jardim de Infância Tardariz	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	41 176,47€	2016	Gondomar	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	35 294,12€	2015	Gondomar	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	23 022,92€	2016	Gondomar	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	164 705,88€	2016	Gondomar	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	41 176,47€	2016	Gondomar	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	247 058,82€	2016	Gondomar	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	76 470,59€	2016	Gondomar	100,00
10.01	LAME's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	64 705,88€	2016	Gondomar	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	376 470,59€	2015	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica de santa Bárbara, Fânzeres	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	500 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária à Beira Douro, Medas	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	300 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica Frei de Santa Inês, Baguim do Monte	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	180 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica de S. Pedro da Cova	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	480 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica Infanta D. Mafalada, Rio Tinto	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	300 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica Marques Leitão, Valbom	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	200 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	180 000,00€	2016	Gondomar	100,00

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

10.05	Escola Básica Cimo de Vila, Melres	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	200 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica N.º 2 S. Caetano	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	250 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica de Souto	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	160 000,00€	2016	Gondomar	100,00
10.05	Escola Básica de Outeiro	506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	150 000,00€	2016	Gondomar	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	244 836,51€	2016	Maia	100,00
09.04	Valor+ Sénior	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	190 790,61€	2016	Maia	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	451 764,71€	2015	Maia	100,00
04.03	Complexo Municipal Piscinas Folgosa	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	412 684,09€	2016	Maia	100,00
04.03	Complexo Municipal Piscinas Gueifães	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	440 941,18€	2016	Maia	100,00
04.03	Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	654 007,06€	2016	Maia	100,00
04.03	Edifício dos Paços do Concelho	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	102 541,18€	2016	Maia	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	529 411,76€	2016	Maia	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	302 762,84€	2016	Maia	100,00
10.05	Escola Básica de Gueifães	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	2 500 000,00€	2016	Maia	100,00
10.05	Escola Básica Gonçalo Mendes da Maia	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	2 000 000,00€	2016	Maia	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	505387131	MUNICIPIO DA MAIA	2 500 000,00€	2016	Maia	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	379 815,29€	2016	Matosinhos	100,00
09.04	Valor+ Sénior	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	296 034,13€	2016	Matosinhos	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	479 411,76€	2016	Matosinhos	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	74 705,88€	2016	Matosinhos	100,00
02.03	Metrópole Digital	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	40 000,00€	2016	Matosinhos	100,00
04.03	Intervenção de Melhoria do Desempenho Energético - Edifícios Públicos: Paços do Concelho	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	248 235,29€	2016	Matosinhos	100,00

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

04.03	Intervenção de Melhoria do Desempenho Energético - Edifícios Públicos: Armazéns Gerais	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	588 235,29€	2016	Matosinhos	100,00
04.03	Alteração para luminárias de tecnologia LED	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	1 329 945,32€	2016	Matosinhos	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	88 057,02€	2016	Matosinhos	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	782 728,07€	2016	Matosinhos	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	9 784,11€	2016	Matosinhos	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	97 841,01€	2016	Matosinhos	100,00
10.05	Escola Secundária Abel Salazar - S. Mamede	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	1 500 000,00€	2016	Matosinhos	100,00
10.05	Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira	501305912	MUNICIPIO DE MATOSINHOS	1 500 000,00€	2016	Matosinhos	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	136 103,60€	2016	Paredes	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	94 954,34€	2016	Paredes	100,00
03.MO 4	Reabilitação do Regadio da Água do Monte	900934883	Junta de Agricultores Regadio Água do Monte	115 500,00€	2016	Paredes	100,00
03.MO 4	Reabilitação do Regadio da Água do Monte de Parada	506656128	Junta de Agricultores do Regadio da Água do Monte de Parada	106 000,00€	2016	Paredes	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	238 235,29€	2015	Paredes	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	47 058,82€	2015	Paredes	100,00
04.03	Pavilhão Rota dos Móveis	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	150 000,00€	2016	Paredes	100,00
04.03	Edifício da Câmara Municipal	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	60 000,00€	2016	Paredes	100,00
04.03	Casa da Cultura	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	30 000,00€	2017	Paredes	100,00
04.03	Cidade Desportiva	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	90 000,00€	2017	Paredes	100,00
04.03	Ecocentro de Resíduos Sólidos	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	30 000,00€	2017	Paredes	100,00
04.03	Oficinas Municipais	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	90 000,00€	2017	Paredes	100,00
04.03	Biblioteca Municipal	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	30 000,00€	2017	Paredes	100,00
04.03	Alteração para luminárias de tecnologia LED	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	548 838,45€	2016	Paredes	100,00

[Handwritten signatures and initials]

10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	117 647,06€	2016	Paredes	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	281 447,31€	2016	Paredes	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	117 647,06€	2016	Paredes	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	117 647,06€	2016	Paredes	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Rebordosa	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	100 000,00€	2016	Paredes	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Lordelo	506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES	1 900 000,00€	2016	Paredes	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	710 138,37€	2016	Porto	100,00
09.04	Valor+ Sénior	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	552 087,48€	2016	Porto	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	500 000,00€	2016	Porto	100,00
02.03	Metrópole Digital	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	281 764,71€	2016	Porto	100,00
05.02	Combate a Incêndios e Meios de Emergência - Porto	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	1 058 823,53€	2016	Porto	100,00
04.03	Ed. De Atendimento Público das Águas do Porto	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	257 058,82€	2016	Porto	100,00
04.03	Compras e Armazéns das Águas do Porto	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	156 470,59€	2016	Porto	100,00
04.03	Oficinas das Águas do Porto	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	72 647,06€	2016	Porto	100,00
04.03	Casa Museu Guerra Junqueiro	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	49 735,29€	2016	Porto	100,00
04.03	Piscina Municipal da Constituição	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	245 882,35€	2016	Porto	100,00
04.03	Piscina Municipal Eng.º Armanado Pimentel	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	184 411,76€	2016	Porto	100,00
04.03	Piscinas Municipal Cartes	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	184 411,76€	2016	Porto	100,00
04.03	Alteração para luminárias de tecnologia LED	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	2 812 083,26€	2016	Porto	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	148 734,11€	2016	Porto	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	148 734,11€	2016	Porto	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	293 670,15€	2016	Porto	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	110 000,11€	2016	Porto	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	501306099	MUNICIPIO DO PORTO	110 000,11€	2016	Porto	100,00

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	501306099	MUNICÍPIO DO PORTO	148 734,11€	2016	Porto	100,00
10.01	LAME's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	501306099	MUNICÍPIO DO PORTO	110 000,11€	2016	Porto	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	501306099	MUNICÍPIO DO PORTO	120 000,00€	2016	Porto	100,00
10.05	Escola Secundária Alexandre Herculano	501306099	MUNICÍPIO DO PORTO	6 000 000,00€	2016	Porto	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	127 854,90€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
09.04	Valor+ Sénior	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	90 838,67€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	134 117,65€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	58 823,53€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
02.03	Metrópole Digital	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	17 647,06€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Paços do Concelho	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	34 691,83€	2018	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Div.. Obras/Div. Desenvolvimento Local/Polícia Municipal	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	36 057,33€	2018	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Pavilhão Municipal	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	92 318,61€	2018	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Auditório Mun./Esc Musica	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	23 233,40€	2018	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Casa da Juventude	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	12 869,48€	2018	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Biblioteca Municipal	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	46 967,92€	2017	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Central de Camionagem	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	31 160,09€	2017	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Mercado Municipal	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	122 840,93€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Cine teatro Garrett	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	86 920,26€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
04.03	Complexo de piscinas e ténis Municipais	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	196 741,29€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	110 588,24€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	7 058,82€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
10.01	LAME's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	8 823,53€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	293 298,91€	2015	Póvoa de Varzim	100,00

10.05	Escola Básica Aver-o-mar	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	1 500 000,00€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
10.05	Escola Básica Dr. Flávio Gonçalves	506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	2 500 000,00€	2016	Póvoa de Varzim	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	157 475,24€	2015	Santo Tirso	100,00
09.04	Valor+ Sénior	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	138 462,83€	2015	Santo Tirso	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Fervença	900641347	Junta de Agricultores Regadio de Fervença	85 280,00€	2016	Santo Tirso	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Reguenga	900391120	Junta de Agricultores Regadio da Reguenga	184 720,00€	2016	Santo Tirso	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	197 807,48€	2015	Santo Tirso	100,00
02.03	SIG Intermunicipal	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	43 957,22€	2015	Santo Tirso	100,00
04.03	Edifício Sede do Município	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	588 235,29€	2016	Santo Tirso	100,00
04.03	Alteração de luminárias de tecnologia LED, equipadas com balastro electrónico regulável	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	156 208,78€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	29 236,49€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	4 176,65€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	208 832,11€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Aprender, Melhorar e Partilhar	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	8 353,28€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	83 532,84€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	25 059,85€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	LAME's Laboratórios de autoavaliação e Melhoria Escolar	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	8 353,28€	2016	Santo Tirso	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	50 119,71€	2016	Santo Tirso	100,00
10.05	Escola Básica Ave, Vila das Aves	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	750 000,00€	2016	Santo Tirso	100,00
10.05	Escola Básica de Santo Tirso	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	750 000,00€	2016	Santo Tirso	100,00
10.05	Escola Básica de São Martinho, S. Martinho do Campo	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	500 000,00€	2016	Santo Tirso	100,00
10.05	Escola Básica N.º 1 de Santo Tirso	501306870	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO	400 000,00€	2016	Santo Tirso	100,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.

10.05	Escola Básica de Bom Nome - Vila das Aves	501306870	MUNICIPIO DE SANTO TIRSO	400 000,00€	2016	Santo Tirso	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	175 472,42€	2015	Valongo	100,00
09.04	Valor+ Sénior	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	131 113,43€	2015	Valongo	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Pesqueira	900266040	Junta de Agricultores do Regadio da Pesqueira	114 000,00€	2016	Valongo	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	315 294,12€	2014	Valongo	100,00
04.03	Piscina Municipal de Ermesinde	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	759 082,02€	2015	Valongo	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	143 601,18€	2015	Valongo	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	35 311,76€	2016	Valongo	100,00
10.01	Compreender, Acompanhar e Progredir	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	235 411,76€	2016	Valongo	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	88 279,41€	2016	Valongo	100,00
10.01	Inteligência Emocional Estratégias de Coping e Empreendedorismo	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	5 539,10€	2016	Valongo	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	82 059,00€	2015	Valongo	100,00
10.05	Escola Secundária de Valongo	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	100 000,00€	2016	Valongo	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Ermesinde	501138960	MUNICIPIO DE VALONGO	3 900 000,00€	2016	Valongo	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	157 850,19€	2016	Vila do Conde	100,00
09.04	Valor+ Sénior	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	120 530,28€	2016	Vila do Conde	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	193 529,41€	2016	Vila do Conde	100,00
02.03	Metrópole Digital	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	71 176,47€	2016	Vila do Conde	100,00
04.03	Piscina Municipal de Vila do Conde	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	717 647,06€	2016	Vila do Conde	100,00
04.03	Alteração para luminárias de tecnologia LED	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	223 529,41€	2016	Vila do Conde	100,00
04.03	Intervenção em luminárias com vista à instalação de lâmpadas de menor potência e/ou à instalação de balastros eletrónicos.	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	234 041,42€	2016	Vila do Conde	100,00

10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	502 881,74€	2016	Vila do Conde	100,00
10.05	Escola Básica Dr. Carlos Pinto Ferreira, Junqueira	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	850 000,00€	2016	Vila do Conde	100,00
10.05	Escola Básica Júlio Saúl Dias	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	850 000,00€	2016	Vila do Conde	100,00
10.05	Escola Básica N.º 1 de Vila do Conde	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	1 000 000,00€	2016	Vila do Conde	100,00
10.05	Escola Básica de Quinta - Fajozes	505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	200 000,00€	2016	Vila do Conde	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	614 153,45€	2015	Vila Nova de Gaia	100,00
09.04	Valor+ Sénior	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	482 415,09€	2015	Vila Nova de Gaia	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	977 058,82€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
02.03	Metrópole Digital	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	35 294,12€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
05.02	Combate a Incêndios e Meios de Emergência - V.N Gaia	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	470 588,24€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 de Quinta das Chãs	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	152 941,18€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 de Meiral	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	152 941,18€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 da Pena	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	152 941,18€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 de Formigosa	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	152 941,18€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 de S. Paio	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	200 000,00€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 das Devesas	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	200 000,00€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 Afurada de Cima	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	129 411,76€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Reabilitação energética Escola EB1 de Vila D'Este	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	152 941,18€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00

04.03	Piscina Municipal da Granja	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	470 588,24€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
04.03	Instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes na IP incluindo a introdução de sistemas de gestão	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	1 911 509,53€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	291 297,34€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	1 211 764,71€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	306 470,59€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
10.05	Escola Básica Dr. Costa Matos	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	2 000 000,00€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
10.05	Escola Básica Sophia de Mello Breyner, Corvo	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	2 000 000,00€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
10.05	Escola Básica de Valadares	505335018	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	2 000 000,00€	2016	Vila Nova de Gaia	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	67 489,39€	2016	Trofa	100,00
09.04	Valor+ Sénior	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	50 563,92€	2016	Trofa	100,00
02.03	Autarquia Digital Metropolitana	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	132 352,94€	2015	Trofa	100,00
04.03	Plano de Promoção da Eficiência Energética no Parque Escolar Municipal	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	384 768,85€	2016	Trofa	100,00
10.01	Redes de Aprendizagem em Ação	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	215 457,64€	2016	Trofa	100,00
10.01	Líderes Educativos AMP	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	5 941,18€	2016	Trofa	100,00
10.01	Campos de aprendizagem	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	16 764,71€	2016	Trofa	100,00
10.01	Dispositivos de Promoção da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	14 329,41€	2016	Trofa	100,00
10.05	Escola Básica Prof. Napoleão Sousa Marques, São Martinho de Bougado	504296434	MUNICÍPIO DA TROFA	2 000 000,00€	2016	Trofa	100,00
08.03	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IEF	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	14 715 882,35€	2015		100,00

08.03	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	479 021,75€	2016	100,00
08.03	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	479 021,75€	2016	100,00
08.03	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: componente da Entidade Intermunicipal	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	3 486 944,04€	2016	100,00
08.08	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IEPF	501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	146 751,63€	2016	100,00
08.08	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	146 751,63€	2016	100,00
08.08	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	146 751,63€	2016	100,00
08.08	Apoio ao Empreendedorismo na AMP: componente da Entidade Intermunicipal	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	5 429 810,18€	2016	100,00
09.01	Contratos Emprego Inserção AMP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	21 187 609,34€	2015	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	981 947,06€	2016	100,00
09.01	INCulturar-te: Incluir pela Cultura	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	294 117,65€	2015	100,00

09.04	Valor+ Sénior	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	294 117,65€	2015		100,00
09.07	Equipamentos Sociais	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	7 175 851,62€	2016		100,00
02.03	SIG Intermunicipal	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	141 876,72€	2016		100,00
02.03	Metrópole Digital	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	235 294,12€	2016		100,00
10.01	Plano Integrado e inovador de combate ao insucesso escolar da Área Metropolitana do Porto	502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	1 058 823,53€	2016		100,00

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	NIF	502823305
Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
Data de Submissão	21-05-2015		

